

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**A ÉTICA NA PESQUISA ACADÊMICA:
O PLÁGIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

**ETHICS IN ACADEMIC RESEARCH:
PLAGIARISM AND ITS CONSEQUENCES**

Ângela Maria SILVA

**Universidade Federal do Norte do Tocantins
(UFNT)**

**Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: angela_ortoface@hotmail.com**

Francisco Edviges ALBUQUERQUE

**Universidade Federal do Norte do Tocantins
(UFNT)**

E-mail: fedviges@uol.com.br

Severina Alves de ALMEIDA Sissi

**Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: sissi@faculdadefacit.edu.br**



RESUMO

O plágio é um tema recorrente que desafia as Instituições de Ensino Superior, professores, orientadores e estudantes no sentido de realizarem suas pesquisas e escreverem seus trabalhos acadêmicos, e os publicar sem que sejam detectados termos em comum acima de 3%, o que se configura como cópia intencional e, portanto, um crime previsto no Código Civil. Nesse sentido, apresentamos esse artigo que tem como objetivo estudar, identificar e avaliar as consequências do plágio na pesquisa acadêmica, ou seja, científica. Para que isso fosse possível, realizamos uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e internetnográfica, se constituído como interdisciplinar. Os procedimentos foram acesso aos sites: *Google Scholar* (Google Acadêmico ou Acadêmico em português); SciELO (*Scientific Electronic Library*); e Bibliotecas Digitais diversas. Para tanto, trabalhamos com os seguintes descritores ou palavras-chave: Ética; Plágio; Pesquisa Acadêmica; Pesquisa Científica; Questões Éticas na Pesquisa; Consequências do Plágio. Os trabalhos selecionados foram: Livros; Capítulos de Livros; Teses; Dissertações; e Artigos Científicos em Periódicos indexados. Com efeito, o plágio constitui-se como crime. Os pesquisadores ao publicarem seus trabalhos devem estar atentos às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), NBR (Norma Brasileira de Referência) 10520 que estabelece as regras da apresentação das citações nos trabalhos acadêmicos. A tolerância de termos em comum é de 3%, e a maior incidência de plágios encontra-se em paráfrases mal feitas, e em citações diretas sem considerar o que reza a NBR 10520. Todavia, é recorrente plágio total, quando se copia o texto integral ou quase todo, mudando somente o nome dos autores. Portanto, é crucial que trabalhos acadêmicos sejam submetidos a um programa antiplágio, quando as Instituições e seus periódicos podem estabelecer um limite tolerável. Porém, deve-se estar atentos que plágio é crime.

Palavras-chave: Ética. Ética na Pesquisa. Pesquisa Acadêmica. Plágio. ABNT NBR 10520.

ABSTRACT

Plagiarism is a recurring theme that challenges Higher Education Institutions, professors, advisors and students to carry out their research and write their academic works, and

Ângela Maria SILVA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. A ÉTICA NA PESQUISA ACADÊMICA: O PLÁGIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. FLUXO CONTÍNUO. JUNHO/2022. Ed. 7 V. 1. Págs. 621-635. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

publish them without detecting common terms above 3%, which is configured as intentional copying and, therefore, a crime under the Civil Code. In this sense, we present this article that aims to study, identify and evaluate the consequences of plagiarism in academic, that is, scientific research. For this to be possible, we carried out a qualitative, bibliographic and internetnographic research, if constituted as interdisciplinary. The procedures were access to the following websites: Google Scholar (Google Academic or Academic in Portuguese); SciELO (Scientific Electronic Library); and various Digital Libraries. For that, we work with the following descriptors or keywords: Ethics; Plagiarism; Academic research; Scientific research; Ethical Issues in Research; Consequences of Plagiarism. The selected works were: Books; Book Chapters; Theses; Dissertations; and Scientific Articles in Indexed Journals. Indeed, plagiarism constitutes a crime. When publishing their work, researchers must pay attention to the norms of ABNT (Brazilian Association of Technical Norms), NBR (Brazilian Reference Standard) 10520, which establishes the rules for the presentation of citations in academic works. The tolerance of common terms is 3%, and the highest incidence of plagiarism is found in poorly made paraphrases, and in direct quotes without considering what NBR 10520 says. However, total plagiarism is recurrent when copying the text wholly or almost entirely, changing only the authors' names. Therefore, it is crucial that academic works be submitted to an anti-plagiarism program, when Institutions and their journals can establish a tolerable threshold. However, one should be aware that plagiarism is a crime.

Keywords: Ethics. Research Ethics. Academic research. Plagiarism. ABNT NBR 10520.

INTRODUÇÃO

Para se escrever um trabalho acadêmico é necessário realizar uma pesquisa. É impossível se escrever sobre algo que não se conhece, o que impele os pesquisadores ao estudo daquilo que irão escrever, o que requer leitura atenta e sistemática de parte daquilo que já está publicado acerca do assunto, ou área do conhecimento, de preferência, o mais recente. A escrita acadêmica efetiva-se a partir de outros escritos científicos, disponibilizados em bibliografia impressa ou digital, tais como livros, capítulos de livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCC) (graduação e pós-graduação), ensaios e artigos científicos.

Escrever sobre algo que lemos nos impele à reprodução desse conteúdo, e se não a fizermos de acordo com o que estabelecem normas e regras convencionais, estaremos

realizando plágio. Para tanto, contamos com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e sua NBR (Norma Brasileira de Referência) 10520, que determina e orienta como fazer uma citação e dá-nos duas opções: citação indireta e citação direta. A primeira efetiva-se em forma de paráfrase¹, e deve ser alocada no parágrafo quando o autor do texto reproduz a fala do autor citado, destacando seu sobrenome e ano da publicação. A segunda é descrita literalmente, respeitando pontuação e eventuais erros, identificando o autor com o sobrenome, o ano da publicação e o número da página. Se tiver até três linhas fica no parágrafo, destacada com aspas. Se tiver mais de três linhas dão-se dois espaços e recuam-se quatro centímetros sem a necessidade de aspas.

O plágio é uma atitude antiética e sua incidência em trabalhos acadêmicos é crime. Como regulamento anticrime tem a Lei 9610 de 1998 que veio a público para regular os direitos autorais, tanto artísticos, quanto acadêmicos. O crime de plágio também está previsto no art. 184 do Código Penal, dispondo que o plagiador está sujeito à multa e até à detenção por um período de três meses a um ano. Nesse sentido, o plágio acadêmico é uma atitude reprovável e ilegal, tanto na esfera cível, quanto criminal e também no âmbito administrativo da instituição de ensino, de sorte que sua prática deve ser coibida com medidas de conscientização, de prevenção e de coerção (LIMA, 2019).

Nesse sentido, realizamos a pesquisa que aqui descrevemos, que teve como objetivo geral estudar, identificar e avaliar as consequências do plágio na pesquisa acadêmico-científica. Especificamente buscamos descrever, discutir e analisar conceitualmente: Ética; Pesquisa Acadêmica; Pesquisa Científica; Questões Éticas na Pesquisa; Plágio e suas consequências.

A metodologia acionou os pressupostos das pesquisas qualitativa, bibliográfica e internetnográfica (SEVERINO, 2001; GIL, 2002; ALMEIDA et al, 2017; MIRANDA E SILVA, 2019; ALMEIDA et al, 2017a; KOZINETS, 2014), numa concepção interdisciplinar (FAZENDA, 2008; MELO, OLIVEIRA E ALMEIDA, 2020). O acesso aos sites: *Google Scholar* (Google Acadêmico ou Acadêmico em português); *SciELO* (*Scientific Electronic Library*); e Bibliotecas Digitais diversas, se fez necessário, quando trabalhamos a partir dos descritores: Ética, Plágio, Pesquisa Acadêmica, Pesquisa Científica, Questões Éticas na Pesquisa e Consequências do Plágio. Livros, Capítulos de

¹ Como definição oficial do vocábulo paráfrase, Sant'Anna (1995) toma por referência Beckson, Karl e Gans (1965), afirmando que “é a reafirmação, em palavras diferentes, do mesmo sentido de uma obra escrita. Uma paráfrase pode ser uma afirmação geral da ideia de uma obra como esclarecimento de uma passagem difícil. Em geral ela se aproxima do original em extensão”. A extensão pode ser entendida, segundo Ilari e Geraldí (1990), como palavras ou sentenças que alcancem a mesma referência no mundo. A partir desse significado, compreende-se a paráfrase como tradução ou transcrição (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Livros, Teses, Dissertações e Artigos Científicos em Periódicos indexados formaram o corpus da pesquisa.

O intuito foi estudar o plágio na academia, considerando que a tolerância de termos em comum em trabalhos científicos é de 3%, percebendo que a maior incidência de plágios encontra-se em paráfrases mal feitas, citações indiretas, e em citações diretas fora do que preconiza a ABNT e sua NBR 10520. Os resultados permitem afirmar que é recorrente plágio parcial, com termos em comum acima de 3% e que existe também o plágio total, caracterizado pela copia integral do texto consultado, ou quase todo, mudando somente os nomes dos autores. Finalizamos entendendo que é crucial que os trabalhos acadêmicos sejam submetidos a um programa antiplágio, quando as Instituições e seus periódicos podem estabelecer um limite tolerável, não se esquecendo de que plágio é um crime previsto na Lei. E que todo esmero e comprometimento ético devem estar presentes nas produções acadêmicas de alunos e professores em todos os níveis da Educação.

A ÉTICA COMO SUBSTRATO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Iniciamos nossas argumentações com uma pergunta que pode até parecer trivial: O que é ética? Podemos afirmar que ética é um termo polissêmico que tem a ver com o sujeito e a sociedade em que vive. Numa concepção mais elaborada, recorreremos a Melo, Oliveira e Almeida (2020, p. 79), afirmando que “[...] O termo ética vem do grego *ethos* que significa caráter, modo de ser ou conduta de vida em determinado marco temporal. Falar em ética é, pois, falar de um estudo de valores que norteiam uma sociedade, que em filosofia nomeia-se como axiologia”. É, pois, uma postura, um modo de ser que repercute em todos que se inter-relacionam na dinâmica da alteridade.

Todavia, é importante conceituar também moral, fazendo o contraponto necessário que o diferencie de ética. Enquanto a ética é social, pois nossas ações éticas têm a ver com o bem-estar do outro, a moral é individual, e se efetiva a partir de atos e fatos que dizem respeito a cada um de nós individualmente. Porém, o resultado final de uma atitude ética ou moral tem a ver com a subjetividade individual, pois ser ético ou ter uma moral ilibada é resultado de nossa conduta. Enquanto a moral desencadeará consequências que afetarão nossa individualidade, a ética, ou a ausência desta, irá repercutir no coletivo, pois ser ético é ver os outros como “nossos outros”.

Nesse sentido,

Uma pessoa capaz de distinguir o bem e o mal, justo e o injusto no ambiente em que vive, é também um sujeito ético, pois a ética é essa habilidade de avaliar as nossas ações. Cabe lembrar que a determinação do bem e do mal pode ser um juízo suscetível a determinada sociedade ou de modo absoluto. Isso implica dizer que cada ser humano pode ter seu próprio conjunto de padrões éticos (MELO, OLIVEIRA E ALMEIDA, 2020, p. 79).

Partindo dessas afirmações, podemos argumentar junto a essas autoras que a ética está inserida não somente no âmbito de valores universais, mas também de outros que são restritos a alguns grupos, como a ética na pesquisa. A pesquisa, por conseguinte, se movimenta entre dois polos que se intercambiam: o pesquisador e o pesquisado, o ético e o êmico. Segundo Marinho (2010, p. 77), citada por Almeida (2015, p. 71), “[...] a perspectiva êmica favorece o ponto de vista, as interpretações feitas pelos membros da comunidade investigada. Já a perspectiva ética privilegia o ponto de vista do pesquisador, através de categorias ou traços por ele concebidos”. Portanto, os aspectos éticos numa pesquisa vão além do plágio em suas divulgações; tem a ver com a postura do pesquisador diante de seus participantes de pesquisa, que deve considerar as interpretações dos mesmos, respeitando suas atitudes e formas de ser e de viver, desprovendo-se de qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Almeida (2015) recorre a Sousa (2006), argumentando que a postura “ética” do pesquisador se caracteriza também por seu não envolvimento imediato, mas pelo olhar cuidadoso e pelo rigor de suas observações, negociando com cautela seu plano de trabalho. Referindo-se à atitude “êmica”, a autora assegura “[...] que essa se particulariza por favorecer uma maior aproximação e adequada interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa” (ALMEIDA, 2015, p. 71).

Essa forma de perceber o participante da pesquisa como aspecto catalisador da ética do pesquisador, justifica a importância dos Comitês de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPs), que têm sua razão de ser na preservação dos direitos dos pesquisados, quando pessoas da sociedade civil, no mínimo duas, devem obrigatoriamente ser membros de um determinado CEP. Em sua dinâmica, um Comitê de Ética para ter seu registro no Ministério da Saúde mediante a CONEP (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa) precisa preencher muitos requisitos, todos voltados para segurança dos participantes da pesquisa, quando os membros avaliam os protocolos tendo como foco os interesses dessas pessoas, que muitas vezes são vistos apenas como objeto de estudo.

Segundo Del-Masso, Cotta e Santos (2014), obrigatoriamente a ética em pesquisa deve perpassar todo o trabalho do pesquisador, notadamente nos dias atuais, quando a

internet, favorece a incidência de plágios, quando textos são copiados sem a devida citação da fonte de busca, com franco desrespeito aos autores. Uma pesquisa na *internet* é válida, porém precisamos estar atentos à procedência das publicações, pois muitas fontes não são confiáveis colocando em dúvida seu teor científico.

O PLÁGIO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Para discutirmos junto com o corpo teórico que sustenta nossa pesquisa o plágio e suas consequências, precisamos entender o que vem a ser uma pesquisa acadêmica ou científica. Ao considerarmos o teor participativo da pesquisa acadêmica e a ética que daí emana, temos em Barros Filho (2012) uma contribuição importante. Para esse autor, a ética é eminentemente participativa, pois é reveladora de nossas ações e intenções em relação aos demais membros da sociedade na qual convivemos. São atitudes que vivenciadas numa perspectiva ética condiciona nossa vida àquilo que Barros Filho (2012) considera ser “uma vida boa”. Só podemos ser felizes se aqueles com quem convivemos também o forem, e sem ética isso se torna impossível, pois ser ético é pensar o tempo todo nos outros com quem nos relacionamos. Estamos sempre nos colocando no lugar do outro, eis o maior ganho.

Nesse sentido, a pesquisa acadêmica está revestida de um teor ético, uma vez que ocorre sempre em interação interpessoal ou intersubjetiva, quer seja em campo, ou mesmo teórica. Tanto em um como em outro procedimento precisamos de “nossos outros” para realizar o trabalho. No campo estamos frente-a-frente com nossos participantes, enquanto na teoria valemo-nos daquilo que outros pesquisadores já vivenciaram e publicaram. Aqui se evidenciam uma interdisciplinaridade e uma transdisciplinaridade sistêmicas.

A interdisciplinaridade tem a ver com nossa postura diante do conhecimento que se adquire e nossa humildade em reconhecer que nada nos pertence, enquanto a transdisciplinaridade se manifesta nas ações “trans”, ou seja, transpassando toda e qualquer disciplinaridade. A transdisciplinaridade vai além da interdisciplinaridade, estando simultaneamente em todos os lugares ao mesmo tempo, preenchendo o vazio que acreditamos existir, sendo seu objeto de estudo a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (NICOLESCU, 2008).

O Plágio Acadêmico Como um Problema Ético

O que é Plágio? Podemos afirmar sem dúvidas que é o ato ou efeito de plagiar. É a imitação de um trabalho, geralmente intelectual, produzido por outrem². O problema ético do plágio se manifesta mais veementemente quando sua incidência se configura crime, mas afinal, quais documentos normatizam um texto na identificação do plágio? Vejamos o excerto a seguir.

Excerto 1

- 1) **Constituição da República Federativa do Brasil (1988) Art. 5º, inciso XXVII:** aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras;
- 2) **Código Civil: Art. 1.228.** O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
- 3) **Código Penal: Art. 184.** Determina a violação dos direitos autorais como crime, com previsão de punição que varia de multa à reclusão de até quatro anos.
- 4) **Lei nº 9.610/98 (Lei do Direito Autoral - LDA): Art. 46, inciso III:** Determina que não constitui violação dos direitos autorais, “[...] a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra [...]”.

Como podemos perceber, existe uma legislação específica que não somente protege os autores e suas obras, como determina o teor criminoso de se apoderar daquilo que não nos pertence em relação às obras literárias, acadêmicas e científicas. Todavia, destacamos a Lei 9.610 de 1998 (LDA) determinando que não se constitui crime a citação de textos constantes em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, impresso ou digital, tendo como finalidade o estudo, desde que se indique o nome do autor e a origem da obra.

Nessa perspectiva apresentamos a NBR 10520 de ABNT que regulamenta as citações. Vejamos o Excerto 2 a seguir.

² Fonte: Michaelis on line. ISBN: 978-85-06-04024-9. © 2015. Editora Melhoramentos Ltda. Disponível: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro>. Acesso em: 16-jan-2022.

Excerto 2

A NBR 10520 é uma norma que compõem todo o conjunto de regras técnicas da ABNT. A função da NBR 10520, assim como as outras NBRs, é padronizar, organizar e qualificar a produção de documentos. De forma geral, a NBR 10520 estabelece as regras de apresentação de informações e documentação³.

A padronização das citações que a NBR 10520 propõe é obrigatória e se divide em duas formas: citação direta e indireta (paráfrase). A citação indireta ocorre dentro do parágrafo que está sendo escrito com o sobrenome do autor e o ano da publicação da obra estudada. A citação direta até três linhas fica no parágrafo com destaque por aspas com sobrenome do autor, ano e página. Para citações com mais de três linhas dá-se espaço duplo, recua-se 4 cm, coloca-se a fonte inferior à usada no texto, e finaliza-se com o sobrenome do autor em caixa alta, seguido do ano e da página da obra. O ponto final da citação vem após a descrição do autor e da obra citada. A abreviatura p, de página, deve ser escrita em minúsculo. A NBR 10520 também é enfática em relação a citações de jornais, revistas e textos oriundos da *internet*.

Plágio X Ética

Ética pode ser definida como o estudo da conduta humana na medida em que esta pode ser determinada como boa ou má. A questão envolvendo a ética na pesquisa acadêmica surge quando indagamos por quais razões o plágio pode ser considerado como uma má conduta “eticamente incorreta” e, portanto, “reprovável no meio acadêmico”? Nesse sentido, a questão ética se movimenta na dialética do “plágio no ambiente acadêmico”, em diversas produções, tais com monografias, dissertações, teses, artigos e ensaios científico, dentre outros. Assim, os estudantes têm a oportunidade de exercitar técnicas de elaboração de pesquisas científica, contribuindo para a produção de novos conhecimentos. Todavia, a dimensão ética, principalmente na publicação dos resultados de suas pesquisas, deve ser observada atentamente, o que se denomina como “integridade científica” ou “integridade na pesquisa” (PITHAN E VIDAL, 2013, p. 78).

Com efeito,

O plágio trata-se de uma questão ética [...]. É de grande importância a função educativa da universidade para o desenvolvimento de pesquisas

³ Fonte: ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10520. Disponível: <https://projetoacademico.com.br/abnt-nbr-10520>. www.abnt.org.br. Acesso em: 16-jan-2022.

científicas com integridade ética. [...] a partir da elaboração de uma pesquisa científica passamos a definir nossos princípios éticos e, então, fazer escolhas que os violam ou os respeitam. [...] toda a pesquisa deve oferecer um “convite à ética” para o pesquisador, e é por isso que se deve ter tanta preocupação com a integridade do trabalho científico, condenando a prática do plágio, visto que, quem comete um plágio intencional, não furta apenas palavras, e sim algo muito mais valioso no consciente coletivo da sociedade que é a confiança na produção científica (PITHAN E VIDAL, 2013, p. 78).

Por se tratar de uma questão ética o plágio deve ser considerado individualmente, não perdendo de vista o pressuposto de que repercute no coletivo, quando prejudicamos outras pessoas ao agirmos fora dos padrões determinados pela sociedade. A falta de ética na divulgação das pesquisas deve ser combatida por professores e orientadores, e uma ajuda eficaz são alguns programas que detectam termos em comum numa produção acadêmica, sendo o limite tolerável de 3%. Acima desse índice deve-se fazer uma leitura atenta do relatório produzido ao final, pois a depender do programa, necessariamente não é um plágio. Porém, esse procedimento de ser realizado com toda lisura, uma vez detectado o plágio não somente o autor do trabalho é penalizado, mas também o orientador e a Instituição de Ensino à qual estão vinculados.

Segundo Pithan e Vidal (2013, pp. 77-78), quando o plágio ou “[...] furto intelectual torna-se comum, a comunidade enche-se de suspeitas, depois fica desconfiada e por fim cínica – Quem se importa? Todo mundo faz o mesmo. Os professores, então, têm de se preocupar [...] com a possibilidade de serem enganados [...]”. Para essas autoras, “[...] a prática da fraude acadêmica já faz parte de uma cultura de desonestidade na qual há uma distorção de valores e na qual a punição exemplar de alunos que cometem plágio, quando existe, acaba sendo vista com maus olhos”.

Ademais,

[...] as consequências dependem muito das decisões políticas das IES [...] Elas deveriam ser as mais interessadas em desenvolver a conscientização de seus alunos e docentes quanto à questão do plágio através de cursos, cartilhas, ciclo de debates e em ampliar o escopo dos comitês de ética em pesquisa para esta questão. [...] elas [as IES] devem incentivar o pensar e o senso crítico e nisso devem estar inseridas a questão da ética e o plágio (PITHAN E VIDAL, 2013, p. 79).

A postura da IES na punição de um plágio detectado em trabalhos de seus alunos ou professores deve ser a mais enérgica possível. Cabe à direção no uso de suas atribuições, formalizar documentos institucionais, incluindo aqueles obrigatórios,

descrevendo com clareza o teor criminoso do plágio, ensinando e orientando os procedimentos legais a serem obedecidos, mostrando todos os danos que causam atitudes irresponsáveis em relação aos trabalhos acadêmicos que assinam.

A Responsabilidade Civil das Instituições por Plágio cometido por Terceiros

Quando se detecta um plágio acadêmico as consequências não recaem somente sobre o autor ou autores do trabalho. Segundo Costa (2016, p. 196), "[...] o plágio em trabalhos acadêmicos é uma fraude que lesa direitos morais e patrimoniais de autor [...]".

Porém,

O fato de estar contextualizado num cenário de Tecnologias da Informação e da Comunicação, que revolucionam as formas de acesso, tratamento e utilização do conhecimento, não o justifica nem tão pouco isenta quem o pratica das responsabilidades civis previstas. Qualquer que seja a sua classificação, deve ser combatido e contra ele devem ser aplicadas as sanções previstas em lei (COSTA, 2016, p. 196).

Contextualizada no âmbito das Tecnologias da Informação e da Comunicação, as produções acadêmico-científicas estão propensas a cópias sem a devida fonte. Um grande problema são cópias de textos publicados em *blogs* sem nenhum fundamento científico. A complicação se amplia, quando passamos um texto num detector de plágio e as citações de *blogs* que não têm ano nem página, e na maioria dos casos, nem se coloca quem é o autor, o que não é reconhecido pela ABNT, configurando-se como plágio sumariamente. Cabe aos professores e orientadores ensinar seus alunos que essa prática é danosa, e que seguir as recomendações da ABNT NBR 10520 é um caminho seguro, poupando a si mesmo, ao seu professor-orientador à sua IES de constrangimentos que podem ter graves consequências.

Como Identificar o Plágio Acadêmico

A identificação de plágio dá-se por meio de programas específicos para esse fim. Segundo Galvão e Luvizotto (2012) uma das opções do professor para identificar plágio em questões dissertativas e produções textuais são os *softwares*. Essas autoras recorrem a Maurer, Kappe e Zaka (2006), argumentando que as formas para descoberta de plágio através de *softwares* estão divididas em três categorias: comparação entre documentos,

busca por parágrafo suspeito na *internet* e a estilometria⁴. Porém, a comparação entre documentos é a mais usual.

Nessa categoria, os documentos envolvidos são comparados entre si. Essa comparação pode ser feita de várias maneiras, de acordo com a implementação de cada software. Nos softwares mais simples, a comparação é feita de palavra em palavra. Já nos softwares mais complexos, a comparação é feita por parágrafos (GALVÃO E LUVIZOTTO, 2012, p. 1097).

São muitos os programas disponíveis para detectar plágio em trabalhos acadêmico-científicos. Têm aqueles que precisamos comprar, mas têm outros de livre acesso e *download* grátis. Em nossa prática utilizamos um desenvolvido pela USP – Universidade de São Paulo que atende às nossas expectativas. O importante é que alunos e professores tenham a consciência de que não se deve colocar uma ideia no texto se você não é o autor.

Segundo Galvão e Luvizotto (2012, p. 1098) “[...] o conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) definiu um conjunto de diretrizes para promover a ética na publicação de pesquisas científicas e estabelecer parâmetros para investigar eventuais condutas reprováveis”. Conforme relatório publicado em 2011 o CNPq define como plágio as seguintes modalidades de fraude ou má conduta em publicações:

Falsificação: consiste na manipulação fraudulenta de resultados obtidos de forma a alterar-lhes o significado, sua interpretação ou mesmo sua confiabilidade. Cabe também nessa definição a apresentação de resultados reais como se tivessem sido obtidos em condições diversas daquelas efetivamente utilizadas. **Plágio:** consiste na apresentação, como se fosse de sua autoria, de resultados ou conclusões anteriormente obtidos por outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados detalhados nas Diretrizes. Comete igualmente plágio quem se utiliza de ideias ou dados obtidos em análises de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor, ou assemelhado. **Autoplágio:** consiste na apresentação total ou parcial de textos já publicados pelo mesmo autor, sem as devidas referências aos trabalhos anteriores (CNPq, 2012, p. 3). (destaque em negrito nosso).

Visando a contribuir para que as práticas irregulares nas produções acadêmicas sejam combatidas, o CNPq (2011, pp. 3-4) divulgou as seguintes diretrizes:

⁴ Traduzido do inglês A estilometria é a aplicação do estudo do estilo linguístico, geralmente à linguagem escrita, mas tem sido aplicada com sucesso à música e também às pinturas de belas-artes. Fonte: Westcott, Richard (15 June 2006). "Making hit music into a science". BBC News. Disponível: <https://en.wikipedia.org/wiki/Stylometry>. Acesso em: 16-jan-2022.

Excerto 3

- 1: O autor deve sempre dar crédito a todas as fontes que fundamentam diretamente seu trabalho.
- 2: Toda citação *in verbis* de outro autor deve ser colocada entre aspas.
- 3: Quando se resume um texto alheio, o autor deve procurar reproduzir o significado exato das ideias ou fatos apresentados pelo autor original, que deve ser citado.
- 4: Quando em dúvida se um conceito ou fato é de conhecimento comum, não se deve deixar de fazer as citações adequadas.
- 5: Quando se submete um manuscrito para publicação contendo informações, conclusões ou dados que já foram disseminados de forma significativa (p.ex. apresentado em conferência, divulgado na internet), o autor deve indicar claramente aos editores e leitores a existência da divulgação prévia da informação.
- 6: Se os resultados de um estudo único complexo podem ser apresentados como um todo coesivo, não é considerado ético que eles sejam fragmentados em manuscritos individuais.
- 7: Para evitar qualquer caracterização de autoplágio, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado, com as devidas referências e citações.
- 8: O autor deve assegurar-se da correção de cada citação e que cada citação na bibliografia corresponda a uma citação no texto do manuscrito. O autor deve dar crédito também aos autores que primeiro relataram a observação ou ideia que está sendo apresentada.
- 9: Quando estiver descrevendo o trabalho de outros, o autor não deve confiar em resumo secundário desse trabalho, o que pode levar a uma descrição falha do trabalho citado. Sempre que possível consultar a literatura original.
- 10: Se um autor tiver necessidade de citar uma fonte secundária (p.ex. uma revisão) para descrever o conteúdo de uma fonte primária (p. ex. um artigo empírico de um periódico), ele deve certificar-se da sua correção e sempre indicar a fonte original da informação que está sendo relatada.
- 11: A inclusão intencional de referências de relevância questionável com a finalidade de manipular fatores de impacto ou aumentar a probabilidade de aceitação do manuscrito é prática eticamente inaceitável.
- 12: Quando for necessário utilizar informações de outra fonte, o autor deve escrever de tal modo que fique claro aos leitores quais ideias são suas e quais são oriundas das fontes consultadas.
- 13: O autor tem a responsabilidade ética de relatar evidências que contrariem seu ponto de vista, sempre que existirem. Ademais, as evidências usadas em apoio a suas posições devem ser metodologicamente sólidas. Quando for necessário recorrer a estudos que apresentem deficiências metodológicas, estatísticas ou outras, tais defeitos devem ser claramente apontados aos leitores.
- 14: O autor tem a obrigação ética de relatar todos os aspectos do estudo que possam ser importantes para a reprodutibilidade independente de sua pesquisa.
- 15: Qualquer alteração dos resultados iniciais obtidos, como a eliminação de discrepâncias ou o uso de métodos estatísticos alternativos, deve ser claramente descrita junto com uma justificativa racional para o emprego de tais procedimentos.
- 16: A inclusão de autores no manuscrito deve ser discutida antes de começar a colaboração e deve se fundamentar em orientações já estabelecidas, tais como as do International Committee of Medical Journal Editors.
- 17: Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito. Por contribuição significativa entende-se realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental, análise de resultados ou elaboração do corpo do manuscrito. Empréstimo de equipamentos, obtenção de financiamento ou supervisão geral, por si só não justificam a inclusão de novos autores, que devem ser objeto de agradecimento.
- 18: A colaboração entre docentes e estudantes deve seguir os mesmos critérios. Os supervisores devem cuidar para que não se incluam na autoria estudantes com pequena ou

nenhuma contribuição nem excluir aqueles que efetivamente participaram do trabalho. Autoria fantasma em Ciência é eticamente inaceitável.

19: Todos os autores de um trabalho são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho, cabendo ao primeiro autor e ao autor correspondente responsabilidade integral, e aos demais autores responsabilidade pelas suas contribuições individuais.

20: Os autores devem ser capazes de descrever, quando solicitados, a sua contribuição pessoal ao trabalho.

21: Todo trabalho de pesquisa deve ser conduzido dentro de padrões éticos na sua execução, seja com animais ou com seres humanos.

As diretrizes acima descritas orientam estudantes e professores-orientadores para uma redação acadêmica com ética e responsabilidade científica. O fato de os trabalhos publicados em livros, capítulos de livros, ensaios e artigos científicos servirem como referência para outros pesquisadores fundamentarem seus manuscritos, leva-nos a uma reflexão ética de nossas ações. Nesse sentido, o exercício da alteridade viabiliza a conduta individual que irá repercutir na coletividade. Quando agimos eticamente estamos cuidando do outro, que nesse contexto é uma extensão de nós mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ética na pesquisa científica está no topo das discussões em ambientes acadêmicos, notadamente naqueles onde se (re)produz o conhecimento que é divulgado, o que necessita de diretrizes e encaminhamentos para orientação dos envolvidos. No caso das Instituições de Ensino Superior e seus programas de pós-graduação, a complexidade se amplia.

A ausência de ética na divulgação das pesquisas científicas se manifesta de muitas formas, conforme evidenciamos ao longo desse manuscrito. Tal incidência dá-se com mais veemência em publicações que são disponibilizadas na *internet*, o que pode ser detectado a partir de uma varredura com um software específico para essa tarefa.

Todavia, é importante esclarecer que uma prática recorrente de plágio pode ser identificada fora da rede mundial de computadores. Ocorre também quando se copia literalmente um texto, completo ou em partes, de um livro ou capítulo de livro impresso. Essa é uma prática mais difícil de perceber, uma vez que nos preocupamos com o que está publicado na *internet*, por ser mais fácil seu acesso e identificação. Ademais, há de se considerar que o plágio além de sua conotação ética e suas consequências, tem também implicações jurídicas, mas isso é tema para outro trabalho.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10520**. Disponível: <https://projetoacademico.com.br/abnt-nbr-10520>. www.abnt.org.br. Acesso em: 16-jan-2022.

ALMEIDA, Severina Alves; et. all. A PESQUISA ETNOGRÁFICA NO CONTEXTO INDÍGENA APINAJÉ. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. v. 1, n. 2. 2017. Pp. 156-176. ISSN 2526-4281 Disponível: <https://jnt.faculdadefacit.edu.br>. Acesso em: 15-jan-2022.

ALMEIDA, Severina Alves; et all. Imoralidade como atributo da Gestão Pública no Brasil: Por uma Ética do Devir. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 13 Nº33 vol. 04 – 2017a. ISSN 1809-3264. Disponível: <http://www.revistaquerubim.uff.br/> Acesso em: 15-jan-2022.

BARROS FILHO, Clóvis de. **A vida que vale a pena ser vivida**. Arthur Meucci. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16-jan-2022.

BRASIL. **Código Civil: Lei 10.406/2002**. 2002. Disponível: <https://www.camara.leg.br..> Acesso em: 16-jan-2022.

BRASIL. **Lei 9.610/1998**.1998. Disponível: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16-jan-2022.

CNPQ. **Ética e Integridade na Prática Científica**. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. 2011. Disponível: <http://www.pse.uem.br/documentos/normas-e-regulamentos/cnpq-etica.pdf>. Acesso em: 16-jan-2022.

COSTA, Rosa Maria Cardoso Dalla. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações Científicas. Universidade Federal do Paraná, Departamento de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Curitiba – PR, Brasil. **Intercom** – RBCC. São Paulo, v.39, n.3, p.187-200, set./dez. 2016. Disponível: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 15-jan-2022.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades**. 2014. Disponível: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155306>. Acesso em: 16-jan-2022.

DICIONÁRIO. **Michaelis on line**. ISBN: 978-85-06-04024-9. © 2015. Editora Melhoramentos Ltda. Disponível: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro>. Acesso em: 16-jan-2022.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. In: **O Que é interdisciplinaridade?** / Ivani Fazenda (org.). — São Paulo:

Ângela Maria SILVA; Francisco Edviges ALBUQUERQUE; Severina Alves de ALMEIDA Sissi. A ÉTICA NA PESQUISA ACADÊMICA: O PLÁGIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS. **JNT- Facit Business and Technology Journal**. QUALIS B1. FLUXO CONTÍNUO. JUNHO/2022. Ed. 7 V. 1. Págs. 621-635. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

Cortez, 2008. Disponível: <https://filosoficabiblioteca.files./fazenda-org-o-que-interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 15-jan-2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso. 2014.

LIMA, Henrique. Plágio acadêmico: consequências jurídicas. **Campo Grande News**. 28/01/2019. Disponível: <https://www.campograndenews.com.br>. Acesso em: 15-jan-2022.

GALVÃO, Agrazielle Ferreira; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Reflexões sobre a Ética e o Plágio na Pesquisa Científica. **Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Presidente Prudente, 22 a 25 de outubro, 2012. Disponível: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2012>. Acesso em: 16-jan-2022.

MELO, G; OLIVEIRA, L; ALMEIDA, S. A Ética Ecológica como Fundamento do Direito Ambiental: Um Estudo na Perspectiva da Antropoética. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. Vol. 1. Abril 2020. Manancial: Ética & Direito: pp. 76-88. Disponível: <https://jnt.faculdadefacit.edu.br>. Acesso em: 15-jan-2022.

MIRANDA, Denize Lima; SILVA, Denyse Mota da. Práticas de Letramento Literário: o Leitor e a Obra Literária na Construção do Saber. In: **JNT - Facit Business and Technology Journal**. v. 1, n. 10, 2019. ISSN 2526-4281. Disponível em: <https://jnt.faculdadefacit.edu.br>. Acesso em: 15-jan-2022.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça** v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 16-jan-2022.